

ARTIGO

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

*Stéphanie Schaefer Batista**

*Eliana Mourgues Cogoy***

*Alessandra Ballinha de Moura***

RESUMO: Como se traduz a prática profissional do assistente social da zona sul do Rio Grande do Sul? Optou-se nesta pesquisa em desvelar o trabalho de assistentes sociais que participam da gestão de políticas sociais e atendem setores não mobilizados da população. Para tal utiliza-se o referencial teórico de Marilda Iamamoto e identifica-se práticas fatalistas, messiânicas e críticas.

PALAVRAS-CHAVE: prática profissional do assistente social; processo decisório no Serviço Social; estratégias de Serviço Social.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada pela Escola de Serviço Social da UCPel e concluída em 1998. Trata-se de um trabalho que não tem o objetivo de priorizar uma nova concepção de prática profissional do assistente social mas sim, antes de mais nada, provocar o debate em torno do seu cotidiano. Desta forma, apresenta-se a ocasião de desmistificar pré-conceitos em torno da profissão do assistente social e extrair a timidez que ainda se apresenta em meio à categoria no que diz respeito ao intercâmbio de produções teórico-práticas.

* Assistente Social, Professora da Escola de Serviço Social da UCPel, Mestre em Desenvolvimento Social da UCPel, Coordenadora da pesquisa aqui apresentada.

** Assistentes Sociais. Bolsistas de pesquisa da Escola de Serviço Social nos anos de 1997 e 1998.

Perante tal preocupação a questão norteadora que guiou o estudo em todo seu percurso traduz-se em três perguntas que se interligam:

1) Como se expressa a prática profissional do assistente social inserido em um meio decisório, perante as demandas sociais do usuário do Serviço Social?

2) Uma vez expressa esta prática profissional do assistente social, qual é a justificativa apresentada por este profissional diante da prática adotada?

3) Existe algum respaldo na prática dos assistentes sociais em seus locais de trabalho pelo fato de participarem de um processo decisório a nível de gestão de políticas sociais?

Tem-se efetuado investigações acerca da conjuntura local (Pelotas) onde atuam assistentes sociais. Entretanto, como e por que eles vem atuando de uma determinada maneira com o usuário do Serviço Social, ainda é um ponto a ser elucidado.

Optou-se neste estudo em trabalhar com assistentes sociais que atendem setores não-mobilizados da população. São mulheres, crianças, idosos, trabalhadores, desempregados, doentes, famílias, população de rua, etc., dispersas no cotidiano da organização social, carentes de meios de sobrevivência como: alimentação, habitação, trabalho, educação, saúde e ainda por cima, desinformada sobre os seus direitos.

Trata-se, portanto, de uma população desmobilizada, apática, amorfa que não apresenta nenhuma forma de participação política em organizações como sindicatos, clubes de mães, movimentos sociais, partidos políticos, associações de bairro.

Segundo Pedro Demo (1992) essas pessoas correspondem a 95% da população atendida pelo Serviço Social, atingindo uma ampla camada de excluídos material e politicamente.

Uma outra justificativa que se apresenta ao problema posto na pesquisa é o fato de considerarmos as dificuldades expressas pelos assistentes sociais que lastimam os obstáculos com os quais se defrontam no momento de concretizar seus projetos de trabalho com o usuário não-mobilizado.

Estes profissionais se queixam das dificuldades encontradas na sua intervenção, como é o caso da desmobilização e apatia da população que atendem a inércia dos dirigentes da assistência que deveriam acionar políticas de combate à miséria.

Levantar esses limites juntamente com os assistentes sociais permitirá a união da categoria e concretização de alternativas, estratégias de intervenção que venham contribuir para uma prática que denote resultados eficazes.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

“O homem é naturalmente um ser dependente pleno de necessidades e carecimentos. Superá-los é sempre um desafio e busca.” (SPOSATI, 1992: 40)

Dito de outra forma, o ser humano em seu cotidiano sempre expressou demandas, estas entendidas como uma busca na melhoria da qualidade de vida.

Para satisfazer estas necessidades, o homem precisa estabelecer relações com seus semelhantes, sejam elas de cooperação, de confronto, de competição, de indiferença, de isolamento ou de ajuda. É nesta última esfera que entra em cena o Serviço Social.

Historicamente, a assistência social tem sido vista como ação de ajuda clientelista do poder público, transformando o usuário na condição de “assistido” ou “favorecido”.

A Constituição de 1988 atribui um novo significado à assistência social. Trata-se da introdução de um conceito novo à questão social: seguridade social (saúde, previdência e assistência social).

A assistência conta então, com a sua Lei Orgânica específica (Lei 8742 de 07/12/93). A LOAS confere à Assistência Social o status de política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Convoca a sociedade a participar da gestão e solução dos problemas sociais através de Conselhos de composição popular paritária, consolidando novos mecanismos democráticos e municipalizadores.

A conjuntura atual em que vivemos, marcada pela lógica capitalista, mantém uma sociedade gravemente desigual. Existe uma minoria detentora dos meios de produção e uma maioria que detém a força de trabalho.

Diante de tal contexto de desigualdade, entra em cena o Serviço Social.

“O Assistente Social é, talvez, o único profissional que atua no

círculo limitado - embora cada vez mais amplo, apesar de seus esforços - das populações que carecem dos recursos básicos para atender às suas necessidades primárias". (CELATS, In IAMAMOTO, 1992: 150)

Assim, a profissão do Serviço Social surge enraizada na questão da assistência social abarcando os serviços de saúde, educação, alimentação, habitação, etc., implantada por órgãos públicos e privados. É através da prestação de serviços sociais implementada por organizações que atua o assistente social, interferindo na vida cotidiana de uma população diante de uma melhor qualidade de vida.

Conforme foi colocado, esta prática profissional dirige-se a uma população que se sente desprovida de necessidades básicas, sejam estas carências de cunho material e/ou político. Cabe salientar que a necessidade política refere-se à participação dos sujeitos no acontecer histórico de seu meio, isto é, reporta-se à participação destas pessoas nas decisões do contexto em que vivem. Como já citamos, Pedro Demo afirma que aqueles que exercem a prática da participação, o chamado setor organizado (associações, movimentos sociais...), representa uma camada de apenas 5% da população brasileira (DEMO, 1992). E o que nos intriga aqui são os 95% restantes. Trata-se daquelas pessoas cientes das dificuldades em ver suas demandas atendidas, mas que ficam apáticas, amorfas, desmotivadas e desmobilizadas recorrendo, assim, de modo isolado a serviços sociais.

Estes, como já sabemos, são representados por assistentes sociais que trabalham dentro de uma perspectiva contraditória: de um lado é colocada ao profissional uma *"demanda do bloco do poder (...), como forma de implementar seu projeto de administrar a miséria e controlar a questão social no contexto da democracia, fundado no discurso liberal da justiça social e da cidadania e, de outro lado, há também a demanda de uma grande parcela da população excluída do processo decisório. A demanda desta última esfera pode ser coletiva - numa perspectiva de reivindicação ao conhecimento de seus direitos e à participação no processo decisório - como pode ser uma busca individualizada de sobrevivência, numa perspectiva de dádiva de bem-estar."* (CARVALHO, 1987: 57)

A contradição se expressa no momento em que a primeira esfera, que é o setor dirigente da organização social contrata o assistente social para atender a segunda esfera (o setor subalterno). O dilema é que as

perspectivas destas esferas são bem opostas: a primeira quer manter a lógica do sistema “amortecendo” as demandas do setor popular, oferecendo alternativas de sobrevivência nas miséria; a segunda quer ultrapassar esta miséria.

Assim caracterizado o serviço social, seria pertinente indagar como ele vem expressando sua prática profissional em meio a esta contradição posta. E que justificativas o assistente social apresenta perante as estratégias de intervenção adotadas. O que nos interessa aqui é justamente investigar essa prática profissional em meio aos assistentes sociais que detêm algum poder decisório a nível municipal no que tange a representação da política de assistência social.

Entendemos por prática do assistente social não uma prática pura e sim uma prática objetivada pela teoria. *“É a prática aprofundada por esta ‘meditação’ ou reflexão que não deve ser solta, mesmo na consciência da relativa autonomia da teoria, na capacidade do ato teórico em antecipar idealmente a prática como objeto da mesma. A práxis, enfim é a ação como sentido humano, é a ação projetada, refletida, consciente, transformadora do natural, do humano e do social.”* (PEREIRA, 1992: 77)

Entretanto, o Serviço Social ainda não alcançou o ápice desta proposta esboçada por Otaviano Pereira. A unidade teoria e prática ainda é um desafio a ser alcançado e que vem se colocando como verdadeiro dilema para o Serviço Social.

Daí porque a preocupação em realizar a promoção de um debate sobre as implicações teórico-práticas presentes na intervenção profissional do assistente social a fim de alcançar resultados que promovam uma qualificação no desempenho de projetos de desenvolvimento protagonizados pelo Serviço Social.

2. METODOLOGIA

O presente estudo tentou responder à problemática exposta por meio da pesquisa qualitativa sob o prisma de Robert Borgdan, citado por Augusto Triviños (1987). Este trabalho que aqui apresentamos segue três etapas de coleta de dados, que sistematizamos da seguinte forma:

1º) A pesquisa bibliográfica que consistiu no exame de bibliografias, para auxiliar na análise do tema de nossa pesquisa.

2º) A observação livre e participante. O pesquisador participa da vida do grupo ou da situação. No caso específico nós participamos das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, e, até certo ponto, fizemos parte do grupo que observamos.

3º) As entrevistas semi-estruturadas que combinam perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado (Assistente Social que participa do Conselho Municipal da Assistência Social) teve a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem seguir condições prefixadas pelo pesquisador. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos pesquisados e transcritas literalmente para posterior análise de conteúdo.

Cabe salientar que as três etapas ocorreram ao mesmo tempo.

Na tentativa de abranger assistentes sociais de diversos campos de atuação e que lidam com pessoas carentes materialmente e desmobilizadas politicamente, optou-se em selecionar intencionalmente profissionais que participam do Conselho Municipal de Assistência Social. A priori, seriam profissionais que traçariam ações de combate a esta desmobilização já que eles estão engajados num processo político.

Ainda utilizamos para critério de amostra, a variável tempo em que atua em seu atual local de trabalho. A justificativa desta categorização é que queremos abranger profissionais que já tenham alguma familiaridade em seu âmbito de trabalho. Por isso, entrevistamos assistentes sociais que atuam há no mínimo um ano, a contar da data da entrevista.

Em Pelotas, no período da pesquisa encontramos 15 assistentes sociais que participam do Conselho Municipal de Assistência Social, 12 responderam ao critério de análise, 10 participaram da pesquisa. Apenas um profissional negou-se a participar do processo e o outro não foi encontrado para realizar a entrevista.

Os assistentes sociais que abarcam a amostra trabalham nas seguintes áreas:

- 01 autônoma,
- 01 previdência,
- 02 educação,
- 03 Prefeitura Municipal,
- 01 trabalho,
- 02 na assistência direta à comunidade, que são os centros sociais

urbanos.

Destes profissionais, 09 encontram-se na área pública e 01 no setor privado.

3. ALGUMAS ESPECIFICAÇÕES TEÓRICAS

Tendo em vista que a presente pesquisa pretendeu descrever e analisar a prática profissional do assistente social inserido em um processo decisório, sentiu-se a necessidade de esclarecer alguns significados atribuídos a termos-chaves empregados na pesquisa.

3.1. Processo decisório

Mesmo se o objetivo principal é analisar a prática profissional do assistente social em seu ambiente de trabalho, e não estudar diretamente sua inserção no processo decisório, pretendeu-se observar a existência ou não de algum vínculo entre esta prática e o fato dele estar inserido em um meio decisório.

Neste estudo, por processo decisório entende-se toda a dinâmica, a capacidade, a autonomia que uma determinada categoria profissional dispõe para deliberar, resolver uma dada situação que lhe é posta à frente.

A priori, o assistente social inserido em um Conselho Municipal dispõe desse dispositivo que é o processo decisório. Pergunta-se se este exercício sofre alguma influência, se ele prolonga-se a nível de trabalho na instituição onde o assistente social atua.

Ainda quando nos referimos à prática da tomada de decisão temos que ter claro que *“não basta tomar decisões adequadas, não basta definir prioridades certas, que atendam o interesse da maioria da população (...). É preciso garantir que a execução responda a essas prioridades.*
(...)

Ainda é bom não perder de vista que a organização do poder em sociedade como a nossa com uma forte tradição elitista e autoritária de conciliação de cima e repressão por baixo, apóia-se na idéia básica da especialização das funções da política, (...) e por isso, (...) a chamada

“Classe Política”, que não apenas exerce a função de representantes de grupos dominantes, mas exerce o poder, muitas vezes, de forma pessoal, não atendendo os interesses de grande parte da população que sofre a ação dos governos e daqueles que tomam as decisões.” (BALDISSERA, 1995: 66,69)

E, conforme FALEIROS, *“saber analisar estas relações de força em cada conjuntura para nelas inscrever estrategicamente a atuação (saber fazer) dos assistentes sociais, são processos dialéticos fundamentais para superar certas práticas ainda estéreis, ou seja, despolitizadas e desprovidas de uma dimensão metodológica”.* (1993: 10)

3.2. Estratégias

O profissional do Serviço Social dispõe de estratégias para acionar o processo de intervenção na realidade a fim de investir no fortalecimento dos sujeitos fragilizados a partir das demandas que estes expressam. É o assistente social que, a partir dos seus conhecimentos, seleciona técnicas e utiliza a sua capacidade criadora a fim de adequar esses dispositivos às exigências que lhe são postas.

De acordo com o Dicionário Aurélio o termo “estratégia” pode significar a *“arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos”.* (1988: 278)

Faleiros aplica esse termo para especificar a prática profissional do Serviço Social. O autor aprofunda sua conotação afirmando que *“... as estratégias de ação em Serviço Social são construções teórico-metodológicas que advêm da fecundação da teoria pela prática e da prática pela teoria e constituem um repertório profissional para intervenção que não é deduzível de uma acumulação de experimentação controladas por um saber sistemático, combinando investigações quantitativas e qualitativas com as análises críticas das mesmas”.* (1997: 71)

Assim a prática profissional do assistente social não é, ao menos não deveria ser, um mero trabalho de execução de atendimento às demandas sociais. É uma prática que requer planejamento, elaboração, execução, avaliação, criatividade, teoria, atualidade, dinamicidade, ética, articulação entre a totalidade e a particularidade.

3.3. Prática profissional do assistente social

No âmbito das estratégias de ação, o trabalhador social, de acordo com Iamamoto, deve dispor de uma dimensão teórico-metodológica que envolve três posturas:

1º) a capacidade de apreender a realidade de modo crítico fazendo uma análise de conjuntura que permita compreender todas as contradições postas pela estrutura vigente.

2º) A competência técnico-política. É um requisito indispensável para construir respostas eficazes e ampliar alianças políticas em torno de metas estabelecidas como desejáveis, desencadeando assim, possibilidades de ações tais como: liberação de recursos, troca de chefia de um determinado setor fruto de uma implantação democrática, abertura de espaços para maior participação da população usuária...

3º) A habilitação técnico-operativa “*que envolve um conjunto de estratégias táticas e técnicas, instrumentalizadoras da ação*”. (IAMAMOTO, 1997: 15)

Ao reunir essas três competências do assistente social, podemos nos deparar com três tipos de práticas profissionais, ainda seguindo o referencial de Iamamoto:

A prática fatalista, adotada por aquele assistente social que reconhece as desigualdades sociais, considerando-as naturais e evidentes, onde só lhe resta lamentar a situação e alegar que ele, enquanto profissional, não tem nada a fazer.

O profissional, neste caso, limita-se em aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que lhe são atribuídas, seja do setor dirigente da assistência ou do setor usuário.

A segunda prática é denominada de prática messiânica. Trata-se do assistente social que passa por cima de todas as contradições contextuais. É o profissional que possui uma visão mágica e ingênua da situação, de modo ilusório e individualista. É o profissional que promete “mundos e fundos” ao usuário do Serviço Social que jamais verá uma alternativa de mudanças em sua situação.

Por último, apresenta-se a prática crítica-libertadora da qual faz parte o assistente social que pretende romper com visões pré-determinadas.

Temos aqui um trabalhador social que pretende apreender particu-

laridades culturais das classes subalternas a fim de resgatar o potencial criador dessas pessoas e descobrir com elas e em suas relações cotidianas quais são os elementos conformistas, alienados, tendo assim, o objetivo de enfrentá-los e ultrapassá-los.

“Estabelece-se que o fatalismo e o messianismo correspondem a práticas profissionais empíricas que apenas reificam a sociedade e que o criticismo libertador faz parte de uma prática profissional científica, ou seja, aquela que foge do senso comum e do espontaneísmo, vai em busca das relações que existem entre os fatos, ultrapassando a superfície destes e indo de encontro com a essência dos fenômenos sociais, selecionando e adequando para tal, técnicas, conhecimentos e métodos que auxiliem no esclarecimento de respostas e na mudança da realidade”. (IAMAMOTO, 1992: 115-116)

4. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Em relação à análise dos dados coletados juntamente aos assistentes sociais nota-se as seguintes características que vêm responder à questão norteadora elaborada para a pesquisa no que tange a prática profissional dos assistentes sociais.

4.1. O comprometimento

Observa-se, por ordem de importância, um alto grau de comprometimento dos assistentes sociais com a instituição onde trabalham, com a clientela que atendem e com a profissão (Serviço Social) que exercem.

O engajamento com a instituição é percebido quando expressam a preocupação em atender os objetivos institucionais, como por exemplo, no sentido de cobrir um segurado desde logo que ele atenda os critérios legais.

A fala de um assistente social deixa essa questão bem clara: *“as pessoas que nos solicitam, se não fecham todos os critérios, a gente encaminha a pessoa porque não adianta tu tentar moldar, chegar lá e a pessoa perder seu tempo.”* (sic)

O compromisso assumido com a clientela traz um caráter de defesa

aos excluídos. Os profissionais entrevistados descrevem minuciosamente, com muita clareza e conhecimento de causa, a realidade da clientela que atendem. Mostram-se predispostas a priorizar o atendimento à demanda expressa pela população. Quando a demanda não é de competência da instituição onde atuam, procedem ao encaminhamento. Os assistentes sociais entrevistados são unânimes ao afirmarem a sobrecarga de trabalho, principalmente quando diz respeito à desproporção existente entre oferta e procura de recursos de todas as sortes, tanto por parte deles enquanto profissionais como por parte da clientela que procura a instituição. A demanda sempre é maior do que os dispositivos de atendimento que estão ao alcance do assistente social.

A clientela caracteriza-se por apresentar um alto grau de miséria e exclusão. É uma população desprovida de recursos materiais, sobretudo de habitação, emprego e saúde. Além do mais, são pessoas carentes de afeto e atenção e que desconhecem seus direitos. Por isso, chegam ao Serviço Social com uma postura de submissão buscando “benefícios”, “favores”.

Além de nem sempre disporem de recursos institucionais, os assistentes sociais enfrentam condições de trabalho que não contribuem para um bom atendimento: não é rara a falta de recursos materiais da instituição, como espaço para atendimento que garanta privacidade, atraso de salário dos funcionários, material obsoleto, ausência de um maior número e diversidade de recursos humanos. 60% dos entrevistados trabalham com outros colegas assistentes sociais na mesma instituição, e, mesmo assim, não conseguem atender às exigências da sobrecarga de trabalho.

O comprometimento com a profissão se faz presente mas com menos ênfase. Os assistentes sociais afirmaram que se preocupam com atualização profissional mas apenas um dos entrevistados citou a leitura como aspecto primordial em sua sustentação da prática. Muitos, quase que a totalidade, citaram a preocupação em frequentar os cursos de extensão seguidamente oferecidos pela Escola de Serviço Social da UCPel. São cursos rápidos que não exigem muito tempo de ausência no trabalho, ou, ainda são atividades programadas em horários não compatíveis aos do trabalho (à noite ou em finais de semana). Além do Conselho Municipal de Assistência Social, alegam não participar de nenhuma outra atividade que envolva a profissão. Dos 10 entrevistados, apenas três

ainda desenvolvem exercícios que dizem respeito ao Serviço Social: um profissional realiza mestrado na área, outro participa de outro Conselho Municipal e o terceiro está envolvido com o CRESS (Conselho Regional de Serviço Social). Entretanto, sem serem indagados, todos, de alguma maneira expressaram extrema satisfação com a profissão. “*Gosto do que eu faço*”, era uma frase que seguidamente emergia, assim como outras: “*É uma escola de vida que eu nem sei dizer para vocês, acho que não tem explicação*”. (sic)

4.2. As técnicas

Quando perguntamos sobre as técnicas mais utilizadas, notamos o seguinte: todos os profissionais realizam atendimentos individuais, encaminhamentos para a clientela e reuniões com o corpo de profissionais que trabalham em instituição em que atuam. Atuações em nível de prevenção e utilização dos meios de comunicação para a divulgação de seu trabalho também são recursos muito utilizados. Trabalhos com famílias, visitas domiciliares, trabalhos de equipe e trabalhos de grupo com a clientela são técnicas utilizadas por cerca de 40% dos entrevistados. Assessorias técnicas são realizadas por cerca de 30% dos profissionais. Oficinas e trabalhos comunitários são desenvolvidos por 20% dos assistentes sociais. Nenhum assistente social realiza pesquisa de campo em seu âmbito profissional.

4.3. Os obstáculos de trabalho

Quando questionados acerca das dificuldades enfrentadas na sua prática profissional, o interessante foi notar que nenhum deles fez alusão direta à instituição onde estão vinculados. As dificuldades institucionais referiam-se a limites materiais e humanos, já citados. Mesmo assim, esses obstáculos não eram diretamente atribuídos à instituição e sim, a uma conjuntura mais ampla. Se a instituição enfrenta dificuldades, o problema está fora dela, parecendo situar-se longe do alcance do assistente social que lá se situa. “*O nível de estagnação da região sul dificulta o nó do trabalho do assistente social*” (fala de um profissional entrevistado).

Sendo assim, nenhum profissional mencionou alternativas para fazer face a esses obstáculos. E essa observação, ao nosso ver, é muito séria pois parece que ocorre uma ausência de projeção profissional em nível de Serviço Social.

Apesar dessa “devolução do problema” à conjuntura, os assistentes sociais que compuseram a amostra da pesquisa afirmaram, sem exceções, que os resultados alcançados na prática eram extremamente satisfatórios. Estimam que a clientela atendida, de alguma maneira, sai melhor do que quando entrou na instituição para procurar ajuda. Podemos conferir as falas dos profissionais a este respeito:

- *“Chegam tristes, sofridos mas saem um pouco melhor.”*
- *“Eles saem satisfeitos porque aquilo que a gente tem, a gente dá.”*
- *“A saída deles da instituição é muito boa porque eles entendem que não se tem condições de dar mais.”*

O termo “dar” acusa um significado assistencialista da prática exercida. Não foram observados outros termos como “promover”, “fortalecer”, “emancipar”, “potencializar”, “somar”, “autonomia”.

E por fim, percebeu-se total descompasso entre a representação que esses profissionais têm no Conselho Municipal de Assistência Social e os seus trabalhos na instituição em que atuam. Em nenhum momento, durante as entrevistas, foi feita alguma alusão, por parte dos entrevistados, em relação ao vínculo que mantêm entre as duas instâncias.

5. ANÁLISE DOS DADOS

5.1. Exercendo a prática

A análise do conteúdo das falas individuais obtidas nas entrevistas e a análise do conteúdo das reações coletivas nas reuniões observadas, confirmaram uma série de variáveis que se situam no quadro teórico de Marilda Iamamoto (fatalista, messiânica e crítica), detectaram-se alguns elementos inovadores o que não torna essas práticas “puras” e tão “enquadradas” como se situam na teoria.

“Reduzir a intervenção social e um único modelo, a uma teoria exclusiva, que tudo possa abarcar, é um procedimento unilateral que não

leva em conta a dinâmica da história, a historicidade dos processos, a especificidade e a dinâmica de cada conjuntura.” (FALEIROS, 1997: 69)

Notou-se também uma prática que não se assemelha ao quadro teórico, referência deste estudo, seria um quarto tipo de prática profissional que denominaríamos como sendo a “prática tecnicista”.

5.1.1. A prática fatalista

Como Iamamoto já dizia, a prática fatalista é aquela intervenção de um assistente social acomodado, que reconhece as dificuldades existentes mas lamenta não poder modificar o quadro presente. Esta prática ficou clara graças às seguintes falas:

- *“É que a gente não consegue desenvolver realmente o Serviço Social, a nossa função plenamente.”* (sic)

- *“... tu não tem como te dedicar, tu desenvolve, a tua área aqui dentro, então deixa muito a desejar.”* (sic)

O reconhecimento desta prática limitada se apóia, ou até mesmo, se esconde por detrás de justificativas questionáveis:

- *“... a gente não tem mais tempo (...) aqui se torna um trabalho bastante burocrático.”* (sic)

- *“Com relação a dados mais concretos, não são muito satisfatórios, como eu já falei, hoje os recursos estão muito escassos.”* (sic)

A mera execução de demandas, a transferência de responsabilidades, a subordinação, a ausência de alternativas de ação são características predominantes observadas na prática fatalista.

Potenciais existem e devem ser explorados, afinal nem tudo está perdido. Mesmo se há aplicação de uma metodologia reducionista, ocorre a preocupação com o sujeito e termos como “sonho”, revelam possibilidades:

- *“a gente não tem disponibilidade então tu não consegue realmente desenvolver, que é o sonho da gente, colocar na prática aquilo tudo que tu aprendeu na Universidade.”* (sic)

- *“... o mínimo que a gente faça, é alguma coisa.”* (sic)

O fatalismo presente na prática profissional do assistente social vem acompanhado de realismo e de possibilidades de superação.

E é justamente no campo das possibilidades que deve ser aprimor-

rada esta prática que a primeira vista parece ser absorvida por um contexto brutalmente complexo. O trabalhador social parece dominado, vencido no jogo das correlações de força. Por outro lado, percebe-se uma “brecha” de possibilidades de mudança quando, apesar de tudo, esses profissionais expressam sentimentos de satisfação e gratificação mesmo se os resultados obtidos parecem mínimos:

- *“Para quem olha de fora, não vê resultado nenhum de trabalho, então é coisa de tu mesmo sentir aquilo ali, embora os outros não vejam.”* (sic)

Outra característica premente da prática fatalista é a total ausência de autonomia desses profissionais. Um assistente social quando indagado a respeito do porquê da escolha de uma determinada técnica na instituição que trabalha, respondeu da seguinte maneira:

- *“Porque é o que se mais aplica dentro daquilo que a gente tá fazendo, aqui na instituição.”* (sic)

“Muitos assistentes sociais ficam subservientes à instituição na hora de analisar e de agir, e só vêem o ponto de vista oficial. Não se vê, então, a situação como questão, mas como um problema da instituição, comum problema de poder, e tornam o problema uma questão jurídica, institucional de recursos.

Não estão vendo a relação daquela questão com as forças sociais no processo de fragilização de perda de patrimônio do sujeito.” (FALEIROS, 1997: 91)

5.1.2. A prática messiânica

A prática messiânica expressa pelo assistente social ainda parece no contexto atual, embora em menor proporção do que a prática fatalista.

O dicionário Aurélio de Língua Portuguesa atribui ao termo messianismo o significado de *“... crença na intervenção de ocorrências extraordinárias ou de individualidades providenciais ou carismáticas, para o surgimento de uma era de plena felicidade espiritual e social.”* (1988: 429)

Dentro dessa perspectiva situamos o assistente social que atua sozinho e acredita que está “transformando a realidade”. Trata-se de uma ilusão fruto de visões ingênuas. O individualismo também é a marca registrada desse tipo de prática:

- “Então este é, um projeto que foi meu, é meu ...” (sic)
- “... estou dentro de uma profissão que realmente ela é minha porque juntamente com as pessoas eu posso ajudar.” (sic)

Contrariamente à prática fatalista, o assistente social “messiânico” se acha dotado de plenos poderes de autonomia. Estes na verdade inexistem e deixam lugar ao individualismo. Predomina uma “*intervenção social, embasada no esforço individual que consiste na ênfase no “eu” do indivíduo, na estimulação do esforço individual para melhorar a si mesmo*”. (FALEIROS, 1997: 15-16)

Outro elemento presente na prática messiânica é a **intervenção assistencialista** do profissional.

- “Como diz na Bíblia, tu não dá o peixe, tu ensina a pescar. Mas de repente tu tem que dar o peixe, para depois então, tu ensinar a pescar.”

Esse assistencialismo vem acompanhado por três características:

- a) Há uma **confusão entre “assistencialismo” e auxílio material**.

“Os profissionais habitualmente têm categorizado suas ações como assistenciais ou não a partir de: sua aparência, quanto à presença/ausência do auxílio concreto e a dicotomização do processo de trabalho em individual ou coletivo. Sob esta leitura são lidas e consideradas como assistencial a concessão de benefícios individuais e as atividades que, mesmo coletivas não permitem o seguimento da ação e se extinguem no imediato.” (SPOSATI, 1992: 66)

b) Há um **reducionismo metodológico** aplicado pelos profissionais “messiânicos”. Às técnicas e métodos não são atribuídas tanta importância. Ocorre, isto sim, uma preocupação em atender o imediato, paliar o visível.

- “Parece que a gente deve usar técnicas para que eles busquem a sua forma de ganho, para que eles não se tornem tão dependentes, para que eles não recebam sempre, só que nós não temos esta oportunidade porque o mercado está fechado, então se eles não encontram trabalho nós não podemos fazer com que eles busquem fora uma atividade para o seu sustento. Então, nós, com esse assistencialismo, nós cobrimos esta falta, esta carência que eles têm” (Fala de um profissional entrevistado).

Tem-se a impressão que o benefício material supera qualquer técnica por parte do assistente social e qualquer fragilidade por parte do usuário.

c) **A consciência da atitude assistencialista.** Há uma consciência clara do “dar”. O próprio termo “assistencialismo” é empregado no vocabulário profissional. Ele ainda vem justificado:

- *“Tu não tem como convencer a tua cliente de que ela tem que buscar para ela o seu sustento, nós temos que auxiliá-la.”* (sic)

O profissional “salvador da pátria” mostra aqui todas as suas faces.

Além de convencer o sujeito com quem trabalha, ele convence a si mesmo que está “melhorando” o mundo.

Trata-se uma consciência alienada e até mesmo perversa pois, ao invés de contribuir com a mudança, o assistente social, neste caso, só reproduz a hegemonia dominante, reforçando a alienação dos indivíduos, a situação de dominados e manipuláveis. Cabe salientar que este resultado também é obtido com a prática fatalista.

Ainda observamos que o assistente social messiânico confunde sua intervenção profissional com sua própria história pessoal.

- *“Independente de ser a minha profissão, é uma coisa que eu gosto muito: o auxílio. A minha mãe, ela sempre me deu, não só me falou sobre este tipo de tratar as pessoas que tem menos do que a gente.*

Ela me deu muitos exemplos. O exemplo te toca mais fundo e é uma coisa que quando eu posso atender, eu fico extremamente satisfeita.” (sic)

Não se trata aqui de pregar a neutralidade mas de perceber a profissão e intervir com objetividade.

Se por um lado o assistente social fatalista apresenta um aguçado senso de realismo, por outro lado, o messiânico procura ignorar esse realismo.

Mesmo assim, ele não consegue. O profissional messiânico escorrega em suas profecias e por vezes reconhece os obstáculos e as impossibilidades de transformação. São os “insights” de realismo. E aqui, mais uma vez percebemos os campos de possibilidade para alterar essa postura profissional.

5.1.3. Práticas resultantes de uma crise de identidade

A bem dizer, as práticas fatalista e a messiânica nos colocam diante de um problema histórico presente no Serviço Social: **a identidade da profissão**. As duas posturas a recém descritas e analisadas vêm confirmar

o caráter difuso da prática profissional na consciência de seus agentes.

Esta confusão no saber-fazer do assistente social traz posturas expressas nos discursos elaborados pelos profissionais entrevistados e possibilita uma série de implicações, segundo Iamamoto:

1º) favorece a manipulação institucional que toma consciência dessa crise de identidade e subordina os assistentes sociais a realizar as tarefas mais insólitas, ou seja, os “restos” de outros profissionais;

2º) o assistente social ciente de sua condição de “agente de mudança” confunde competência profissional com militância política;

3º) a superação desta aparente indefinição no papel do assistente social requer uma revisão curricular. Esta “não pode deixar de considerar as expectativas dos alunos em relação ao curso como, por exemplo os motivos que os levam a optar pelo Serviço Social”. O baixo nível salarial e o precário status são substituídos por outros fatores como a ideologia da solidariedade humana, da realização pessoal, de motivações religiosas e políticas. “*Trata-se de uma profissão que incorpora a mística de servir, da ajuda guiada por valores ‘nobres’ e altruístas.*” (IAMAMOTO, 1992: 167)

Observa-se assim um “*duplo fenômeno: de um lado, tem-se a valorização da profissão segundo princípios ético-morais, e, de outro, verifica-se o precário reconhecimento do fazer profissional ante outras carreiras consideradas de mais relevo na sociedade, como Medicina, Engenharia, etc.*” (IAMAMOTO, 1992: 168)

Portanto, a identidade do Serviço Social precisa ser desmistificada e substituída por outra interpretação. Esse movimento, já pode ser observado através de duas outras práticas profissionais de assistentes sociais: a prática tecnicista e a prática crítica.

5.1.4. Prática tecnicista

A prática que passamos a descrever agora foi observada durante a pesquisa e não se assemelha ao quadro teórico previamente estabelecido para verificação da hipótese. Por isso, acrescentamos a prática tecnicista às demais (fatalista, messiânica e crítica).

A prática tecnicista caracteriza-se por uma prática profissional desenvolvida pelo assistente social extremamente eficaz. Dito de outra forma trata-se daquele profissional que domina e aplica todas as técnicas

de Serviço Social às situações requeridas. É o profissional que além de conhecer a estrutura da instituição em que trabalha, ele se enquadra perfeitamente às normas dessa estrutura e compromete-se com a mesma. Por outro lado, ele é comprometido com a clientela e preocupa-se em atendê-la em todas as suas necessidades, desde logo que o usuário atenda aos requisitos institucionais; caso contrário ele é encaminhado. Percebemos aqui também uma postura individualista:

- “... eu tratei assim...” (sic)
- “... eu vi junto à receita...” (sic)

Os tecnicistas são individualistas, porém não têm autonomia de trabalho: são executores de normas, de políticas sociais, de técnicas e até de representações. Ao invés de mexer na estrutura posta, preocupam-se em reforçá-la:

- “*Essa decisão de optar por essas técnicas não é uma decisão minha, ou da equipe aqui de Pelotas. (...) É um serviço que existe no Brasil inteiro (...) então esse programa já é uma coisa definida. Se vocês querem ir lá no Mato Grosso, eles fazem o mesmo tipo de programa.*” (sic)

Mais uma vez, nos deparamos também com um assistente social realista que tem pleno conhecimento das dificuldades conjunturais. Se os resultados de trabalho não são os melhores é devido ao quadro de crise na área de recursos sociais.

O domínio técnico deste profissional faz com que ele se expresse numa linguagem peculiarmente técnica e institucional, valendo-se de dados numéricos para comprovar suas afirmativas. Seguidamente nos deparamos com os seguintes termos: “função” em vez de “trabalho”, “segurado”, “aposentado especial”, “portador de deficiência”, “candidato a benefício”, “pensionista” no lugar de “usuário”. E outros termos empregados usualmente no vocabulário institucional tais como: reabilitação, prognóstico, apto, investigação-diagnóstica, concessão de auxílio material, etc.

Por fim, o tecnicista tem como preocupação fundamental o alcance de resultados produtivos:

- “*Nós achamos que assim é mais produtivo, é mais produtivo, é melhor para o [cliente]*”¹.

¹ Grifo nosso.

- “... *sentem aptos para voltar a competir no mercado de trabalho. Então eles se sentem úteis, se sentem valorizados e, consequentemente, eles saem numa posição melhor.*” (sic)

O tecnicista sabe o que faz, por que, para quem, para que e sobretudo sabe como faz e que resultados quer alcançar.

5.1.5. Prática crítica-libertadora

Temos aqui presente um assistente social claramente engajado com as classes subalternas que pretende trabalhar no sentido de resgatar seus potenciais, junto a elas, e não, sobre nem para elas, rompendo assim com situações pré-determinadas.

Trata-se de um assistente social que acredita no Serviço Social, por isso, investe nele. É um profissional que não se contenta em limitar suas atividades ao seu âmbito institucional. É um agente participativo em instâncias de elaboração de políticas sociais. Aqui situamos relatos de assistentes sociais engajados em mais de um Conselho Municipal, comprometido com projetos estaduais e membros do Conselho Regional do Serviço Social. Além da variável técnica, esse profissional insere o elemento político como essência de sua prática.

É o **técnico-político** preocupado em desvelar as relações de força num constante processo de avanços e recuos no resgate das possibilidades e das potencialidades presentes nas relações sociais. E isto requer muita criatividade e senso de realidade:

“Tendo em vista que os nossos postos de saúde, a nossa realidade é uma realidade difícil de ter acesso à mediação, então, o nosso trabalho busca muito mais a prevenção na área da medicina alternativa, da bioenergia.” (sic)

“Os resultados acontecem mas de forma lenta, gradual, então isso a gente vai aprendendo a lidar com essas situações de avanços e retrocessos. Mas isto faz parte de nossa prática profissional exatamente porque ela é social e o social não é assim como $1+1=2$.” (sic)

O profissional crítico, diferente do tecnicista, utiliza a técnica de modo mais dinâmico, menos estanque e reducionista. A técnica torna-se viva nas mãos de um profissional crítico, pois ela tem o real objetivo de libertar o oprimido da opressão:

“Não existe esta sensibilidade, esse compromisso, esse conheci-

mento com a área social. Eu acho que a gente tem que se instrumentalizar muito bem nisso que é no sentido de conseguir mudar essa mentalidade dos administradores, principalmente dos administradores financeiros.” (sic)

O sentimento de “nós” denota uma prática menos individualista e expressa uma visão de Serviço Social enquanto categoria:

- *“As conferências e os debates vêm acontecendo. Na [instituição]² não se falava em assistência social e agora eu acho que a gente é mais reconhecido até porque eu acho que nós estamos numa fase que se exige mais o trabalho do assistente social.”* (sic)

Já que existe o engajamento da categoria com as classes subalternas é coerente nos depararmos com posturas que buscam o fortalecimento e a autodeterminação dos sujeitos:

- *“... elas [clientela]³ conseguem se auto-administrar. Elas têm agora um pique maior, uma auto-confiança maior, uma autonomia maior.”* (sic)

“Entretanto, o métier da crítica tem seus ardis. Em primeiro lugar, a coerência da crítica está na auto-crítica. Não é possível, por lógica e por justiça, criticar sem apresentar-se como criticável. Em segundo lugar, a crítica se completa na contraproposta, de cunho prático também. Não é sustentável a mera crítica, destrutiva, virulenta, sem compromisso com alguma construção concreta, que, por sinal, será também criticável.” (DEMO, 1995: 127)

Eis o desafio atual do Serviço Social...

5.2. Teorizando a prática

Como todo o trabalho de pesquisa pretendemos aqui nos aproximar do real. Isto não significa traçar um ideal de prática profissional do assistente social. Significa, isso sim, detectar as práticas mais prementes na atualidade. Na tentativa de apreender o movimento de nossa realidade profissional, detectamos quatro possíveis tipos de práticas que vêm sendo

² Grifo nosso.

³ Grifo nosso

exercidas em nossa região: a prática fatalista, messiânica, a prática tecnicista e a crítica-libertadora.

“Nesse contexto como pode ser pensada a teoria? A teoria implica a reconstrução, no nível do pensamento, desse movimento do real, apreendido nas suas tendências, nas suas relações e inúmeras determinações.” (IAMAMOTO, 1992: 178)

Através desta afirmativa queremos enfatizar que a teoria não é estanque, ela é condição para a explicação do real que pretende desvendar as possibilidades de ação. Com isto queremos dizer que as práticas apreendidas neste estudo não são puras, não são estanques; elas, em sua dinamicidade e complexidade, se encontram, se confrontam, se distanciam e até mesmo, se misturam e se complementam.

Como sistematizar de modo coerente as peculiaridades da prática profissional do assistente social? Como agrupar elementos tão diversos apreendidos neste estudo? Como unir os fragmentos? Como estabelecer parâmetros de referência identitária?

É extremamente perigoso estabelecer a prática profissional do Serviço Social em categorias estanques. Os quatro tipos de práticas apreendidas durante a pesquisa tornam visíveis as possibilidades de intervenção do assistente social. Isto não significa que elas sejam transparentes ao ponto de “saltar aos olhos”. Pelo contrário, percebemos, antes de mais nada uma dispersão de identidade profissional.

“Na profissão existem diferentes designativas de estratificações, assimetrias e hierarquias da identidade profissional para se referirem às cisões internas, que separam os ‘teóricos’ dos ‘práticos’, a ‘vanguarda profissional’, da ‘massa profissional’, os ‘voluntaristas’ dos ‘burocráticos’, os ‘conservadores’ dos ‘comprometidos’ etc., tal qual ocorre na sociedade. São designados referentes a objetos com os quais os diferentes sujeitos se identificam e se reconhecem legitimamente.” (GENTILLI, 1997: 140)

No complexo de informações obtidas durante a pesquisa e a partir das quatro práticas detectadas, tomamos a iniciativa de agrupar essas informações em dois grandes blocos. Trata-se de uma classificação que tem como primeiro objetivo proporcionar uma visualização didática. Não é uma classificação definida e sim uma construção sugestiva que apresenta reticências e não pontos finais, daí porque a escolha do termo “configuração”; emana ares de algo inacabado, em constante construção,

desconstrução e reconstrução, como diria Vicente de Paula Faleiros em vários de seus escritos.

5.2.1. A configuração empírica da prática

“Empirismo é um método filosófico baseado na idéia de que a única forma válida de conhecimento é aquela obtida através do emprego dos sentidos. De acordo com esse ponto de vista, se alguma coisa não pode ser observada, então de nada adianta tentar explicar fenômenos naturais de qualquer outro tipo.” (JOHNSON, 1997: 83)

São, portanto, posturas que se distinguem de algo baseado apenas em processos mentais, teóricos ou abstratos.

Atribui-se à prática fatalista e à prática messiânica uma característica empírica. São práticas que partem do concreto, do aqui-agora, dos sentidos e das emoções e resultam no mesmo concreto. É a prática pela prática. Não há nenhuma sistematização, nenhuma clareza na diferenciação, na especificidade do papel do assistente social. São práticas que se confundem com atividades de outros ramos como o de burocratas, voluntários adeptos de uma determinada causa.

É uma prática alienante e alienada. O profissional alheio às decisões, desengajado com o fortalecimento do fragilizado, e assim, acaba expressando uma prática alienante que fortalece a alienação daquele com quem intervém.

“A alienação é um fenômeno que leva os seres humanos a não se reconhecerem como agentes criadores da realidade na qual vivem.” (CHAUÍ, 1996: 170)

Tal postura só tende a fortalecer a hegemonia dominante, dificultando cada vez mais a ruptura com a opressão, a exploração e portanto, as desigualdades sociais.

5.2.2. A configuração científica da prática

Aqui o termo “científico” adota certos cuidados tendo em vista que vários teóricos de Serviço Social não denominam a profissão enquanto “ciência”.

O Serviço Social *“... se coloca como uma atividade profissional e, portanto, não se constitui – sequer pode ter esta pretensão – numa*

ciência ou num ramo de saber científico. (...) Não pretendemos navegar a possibilidade de os profissionais produzirem conhecimentos teóricos (...) posto que estaríamos equivocadamente restringindo o Serviço Social à sua dimensão técnico-instrumental; tampouco desconsiderar o nível de contribuição da “intelectualidade” do Serviço Social a outras áreas profissionais. Entretanto, entendemos que a natureza interventiva da profissão lhe interdita o estatuto da ciência.””(GUERRA, 1997: 11)

Mas afinal o que podemos entender por ciência?

“Ciência” é um “conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, especialmente os obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio.” (1988: 150)

Jonhson em seu Dicionário de Sociologia também refere-se à questão de método para acessar a um determinado corpo de conhecimentos (1997: 34)

Marilena Chauí complementa este conceito abordando a “atitude científica”. A autora atribui à postura científica a capacidade de relacionar um fato isolado com outros fatos, explicando-o de modo racional através de uma teoria já construída. A atitude científica torna-se mais aprimorada e esta teoria já construída é superada por outra teoria. Por isso a atitude científica ganha mérito quando é capaz de superar o que já existe através da investigação dos fatos. Assim sendo, a prática científica deve ser capaz de “*formular um conjunto sistemático de conceitos que expliquem e interpretem as causas e os efeitos, as relações de dependência, identidade e diferença entre todos os objetos que constituem o campo investigado.*” (CHAUÍ, 1996:251)

Essa afirmativa nos leva a crer que, mesmo se a profissão tem um caráter prioritariamente interventivo, isto não significa que os profissionais inseridos no Serviço Social não adotem “atitudes científicas”.

Existem, sim, contornos científicos entre as práticas apreendidas na pesquisa. Os técnicos e os críticos demonstraram extrema preocupação em trabalhar com aplicação de metodologia.

Entendemos por metodologias toda as “*práticas e técnicas usadas para reunir, processar, manipular e interpretar informações que podem ser usadas para testar idéias e teorias sobre a vida social.*” (JONHSON, 1997:147)

A própria linguagem dos entrevistados faz referência a técnicas empregadas em Serviço Social.

As atitudes de necessidade de reciclagem, de busca, de indagações, formulações de um “dever-ser” para o Serviço Social e a capacidade de retomada, de avaliação, são expressões que revelam a atitude científica do tecnicista e do crítico. São agentes esclarecidos e esclerecedores, são agentes de conscientização. E esta é a real finalidade da ciência: revelar, clarear, fornecer respostas validadas.

Diferente da configuração empírica, o assistente social que se mune da ciência deixa claro a sua postura de engajamento. O empírico pode revelar a sua postura mas esta é confusa e incoerente; ora está para uma posição, ora está para outra. Em contraponto, a prática científica é coerente com seus engajamentos. E aqui diferenciamos a tecnicista do crítico. O primeiro toma posição com o sistema vigente, defende o status-quo. O segundo se contrapõe à realidade posta e busca mudanças estruturais. O tecnicista pensa a cidadania, atende as demandas sociais e defende os fragilizados desde logo que estes se adaptam à estrutura posta. Para tal, o tecnicista investirá todas as suas energias no sentido de mostrar “como fazer” para integrar-se a este sistema. Já o crítico, promoverá a cidadania, atenderá as demandas sociais e fortalecerá os fragilizados no sentido contrário, em um movimento dialético. O crítico trabalhará no sentido de apontar o potencial desconhecido, porém existente, presente na população que trabalha com o Serviço Social.

Uma vez descoberto esses potenciais serão fomentadas forças conjuntas no sentido de buscar outras alternativas de qualidade de vida que vão contra a lógica de um sistema vigente considerado opressor e elitizante.

“Assim como o opressor, para oprimir, precisa uma teoria da ação opressora, os oprimidos para se libertarem, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação.” (FREIRE in FAUSTINI, 1995: 63)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tenta-se nesse estudo, além de caracterizar a prática profissional dos assistentes sociais da região, contribuir no sentido de fornecer subsídios que possam instrumentalizar e integrar mais o trabalho desses profissionais. Afinal, percebe-se cada vez mais a necessidade de investir nesta área profissional para enfrentar o “darwinismo social” que vem

dominando a realidade atual. O cientista social Ignacy Sachs cita o Serviço Social como sendo uma das profissões que mais alternativas tem a oferecer diante do contexto de exclusão sob o qual vivemos. Para tanto, é preciso avaliar as estratégias de intervenção dos assistentes sociais a fim de desvendar os obstáculos enfrentados por essa profissão para, finalmente, lançar alternativas de atuação, priorizar determinadas práticas e concretizá-las, efetivamente.

Ficou clara a prática desenvolvida pelo Serviço Social no âmbito institucional, na execução do atendimento às demandas sociais providas de uma população extremamente pobre, desprovida de matéria, poder e saber. Entretanto, foi complexo definir essa prática desenvolvida pelos assistentes sociais tendo em vista a diversidade de campos de atuação e sobretudo, devido à dispersão da identidade profissional. Situamos assim uma intervenção profissional subordinada e, ao mesmo tempo, quase que contraditoriamente, uma prática profissional consciente de sua atuação, dos jogos de forças e dos limites nela presentes. Esta consciência expressa se revela enquanto potencial a ser trabalhado na busca e prioridade que deve ser dada a uma prática mais “arejada”, isto é, aberta a inovações no sentido de passar da crítica à proposta, da proposta à ação e, o que é mais difícil (mas não é impossível), da operacionalização da ação, conforme defende Jeanete Sá.

Concordamos com Faleiros (1997: 67) quando ele questiona alguns autores que vêem a profissão como uma atividade de mera execução, limitada ao cotidiano e, por isso, sem condição de produzir novos conhecimentos. As falas apreendidas dos assistentes sociais entrevistados durante a pesquisa demonstraram essa prática limitada e por isso, dispersa e indefinida. Práticas fatalistas e messiânicas que configuram intervenções empíricas confirmam a crítica que grande parte dos autores atribuem ao Serviço Social.

Entretanto, desponta a configuração científica do Serviço Social. Esta não deve ser confundida com a simples aplicação de técnicas.

“Antes de sermos técnicos que manejam técnicas e instrumentos na ponta da reprodução das relações sociais, temos que ser intelectuais, profissionais teórico-críticos. Assim podemos ser criativos, produzindo também novas relações sociais, rompendo com a subalternidade de classe, que também marca nossa história enquanto profissão e contribuindo para emergir novas formas de hegemonia na sociedade.”

(FAUSTINI, 1995: 62)

Essas intenções existem de modo incisivo se observarmos as práticas críticas apreendidas nesta pesquisa. Mesmo se ainda representam uma minoria, essas práticas poderiam ser investidas e trabalhadas com o empirismo e o tecnicismo no sentido de reverter essas duas últimas. Para tal, o projeto de **formação profissional** deve ser revisado em nível de graduação e deve ser continuado no sentido de formar redes de intercâmbio entre a reciclagem na academia por parte dos profissionais e a percepção da emergência de novas exigências no mundo do trabalho do Serviço Social, por parte da academia.

“A permanente re-conceituação em que o Serviço Social se vê inserido deve prever não somente a interpretação do mundo na sua transformação, mas também, a transformação da interpretação deste mundo.” (FALEIROS, 1997: 72)

Essa mudança de referências valorizará mais a categoria, a começar, por ela mesma. Isto significa que a prática profissional do assistente social inserido num processo decisório teria alguma relação. Dito de outra forma, as práticas evidenciadas na pesquisa têm todos os potenciais para desencadear o que ainda não existe: um respaldo de não subalternidade na prática dos assistentes sociais em seus locais de trabalho pelo fato de participarem de um processo decisório a nível de gestão de políticas sociais, no caso presente, a participação destes profissionais em Conselhos Municipais.

Desta maneira não pretendemos concluir a discussão aqui lançada.

Bem pelo contrário, este estudo, graças à quantidade e à diversidade de resultados obtidos, pretende apenas, ser o ponto de partida para uma série de revisões e reconstruções da prática profissional do assistente social na região sul do país. De certo, ele poderá contribuir como subsídio na reanimação do debate e produção teórica em torno de uma temática mais específica e direcionada para o Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA

BALDISSERA, Adelina. Participação Popular nos Conselhos Municipais. In **Sociedade em Debate**. N. 1, Pelotas: Educat, 1995. p. 65-71.

BARROS, Aidil de Jesus Paes e LEHEFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: Propostas Metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Assistência Social no Contexto do Estado Brasileiro: limites e perspectivas. In: **Serviço Social e Sociedade**, (47). São Paulo: Cortez, abril, 1995. p. 63-78.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1996.
- DEMO, Pedro. **Cidadania Menor. Algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1995.
- FALCÃO, Maria do Carmo Brant de Carvalho. **Serviço Social: Uma Nova Visão teórica**. 2. ed., São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. et al. **O que é Política Social?** 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. et al. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 1993.
- FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **Prática do Serviço Social. O desafio da construção**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FRANCO, Flávia Goulart. **Políticas Sociais: foco viabilizador da construção do espaço profissional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- FRANCO, Itamar. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8742. Brasília, 7 de dezembro de 1993.
- GENTILLI, Raquel de Matos Ropes. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, (53). São Paulo: Cortez, março, 1997. p. 126-149.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GUERRA, Antônio Carlos. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**, (54). São Paulo: Cortez, julho, 1997. p. 9-25.
- IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade: os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho. In: **Caderno Técnico**, (23). São Paulo: SESI, 1997. p. 9-17.
- _____. et al. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.
- JONHSON, Allan. **Dicionário de sociologia. Guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- JOVCHELOVITCH, Marlova; REALI, Cristina F e FRANCO, Flávia G. **A6 municipalização e a Assistência Social**. Porto Alegre: LBA e FAMURS, 1993.

- KISNERMAN, Natálio. **Sete Estudos sobre o Serviço Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- MARCONI, M. A e LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec / Abrasco, 1982.
- NETTO, José Paulo e FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1989.
- NEVES, Delma Peçanha. A miséria em espetáculo. In: **Serviço Social e Sociedade**, (47). São Paulo: Cortez, abril, 1995.
- NOGAROLI, Mariza Menezes Pinto. Dimensão da operacionalidade da LOAS no âmbito dos municípios: uma contribuição à sua efetivação. In: **Serviço Social e Sociedade**, (47). São Paulo: Cortez, abril, 1995. p. 43-55.
- PEREIRA, Maria Angela Rosa. Construindo um novo tempo: a experiência de Minas no campo da assistência como direito social. In: **Serviço Social e Sociedade**, (47), São Paulo: Cortez, abril, 1995. p. 34-54.
- PEREIRA, Potyara. Reflexões sobre a Medida Provisória nº 813, de 01/01/95. In: **Serviço Social e Sociedade**, (47), São Paulo: Cortez, abril, 1995. p. 147-150.
- PONTES, Lucia e BAVA, Silvio Caccia. As ONGS e as políticas públicas na construção do Estado Democrático. In: **Serviço Social e Sociedade**, (50), São Paulo: Cortez, abril, 1996. p. 133-142.
- RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e o poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.
- SANTOS, Jair Ferreira dos . O que é Pós Moderno. In: **Coleção Primeiros Passos**. 13. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. o Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. In: **Serviço Social e Sociedade**, (44), São Paulo: Cortez, abril, 1994. p. 77-113.
- SPOSATI, Aldaíza et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**. Uma questão em análise. 5. ed., São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. et al. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.
- _____. et al. Production da la Société. **Collection Livre de Poche**, (4179). 2. ed., Paris: Seuil, 1993.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: Processos e Técnicas.** 5. ed., Rio de Janeiro: Agir, 1981.

YAZBEK, Maria Carmelita. A assistência social no contexto da Medida Provisória nº 813. In: **Serviço Social e Sociedade**, (47), São Paulo: Cortez, abril, 1995. p. 151-153.